

Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 12

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Projeção de superávit primário de 2025 vai a R\$ 15 bilhões.....3

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Orçamento de 2025 passa com superávit de R\$ 15 bi: veja o que o Congresso mudou na proposta do governo5

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Equipe econômica usará decreto para ajustar gastos.....7

VALOR ONLINE - LEGISLAÇÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PGFN deverá lançar três editais para fechar acordos de transação com contribuintes8

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Superávit no 1º bimestre mais que dobrou, diz IFI.....10

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Salário mínimo e os desafios fiscais (Artigo).....11

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Como fundos de pensão desmistificam déficit versus prejuízo.....13

O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA
SEGURIDADE SOCIAL

Orçamento: valor destinado para emendas é maior do que a verba de 32 dos 38 ministérios em 202514

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Orçamento destina mais de R\$ 50 bilhões para emendas.....15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Preço alto derruba consumo nos lares.....19

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mineração e Reforma Tributária: oportunidade perdida? - DIREITO E TRIBUTOS.....20

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Airbnb compartilha com a Receita dados de aluguel de imóveis.....21

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Taxa Selic atual "é momentânea", diz Haddad.....23

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Maioria do STF mantém teto para deduzir educação no IR.....25

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Haddad diz que há compromisso em aprovar isenção do IR.....26

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ECONOMIA

Gleisi sacode Haddad e governo - ELIANE CANTANHÊDE.....27

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA
ECONOMIA

Orçamento está longe de equilibrar as contas do governo, diz especialista.....28

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA
ECONOMIA

A paternidade dos juros altos (Editorial).....29

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA
ECONOMIA

País não precisa de uma recessão, afirma Haddad.....30

G1 - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

Empréstimo consignado a celetistas começa nesta sexta-feira sem regulamentação do FGTS
como garantia.....31

Projeção de superávit primário de 2025 vai a R\$ 15 bilhões

Murillo Camarotto, Gabriela Guido e Jéssica Sant'Ana De Brasília

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2025, aprovado na quinta-feira (20) pelo Congresso, recebeu alterações significativas em relação à versão enviada em agosto do ano passado pelo governo, com remanejamento de recursos para educação e saúde e ampliação na projeção de superávit fiscal, no piso de investimentos e no Minha Casa, Minha Vida. A peça, contudo, permanece com despesas obrigatórias subestimadas e sem previsão para os gastos do programa Pé-de-Meia.

A demora na apreciação da matéria - que deveria ter ocorrido no fim do ano passado - foi parcialmente compensada por uma tramitação relâmpago entre a apresentação do parecer do relator e a votação em plenário. O senador Angelo Coronel (PSDBA) disponibilizou o parecer na madrugada, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) votou pela manhã e os congressistas deram o aval à tarde. Alguns parlamentares criticaram a rapidez, patrocinada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP).

O parecer do relator ampliou a projeção de superávit primário deste ano, de R\$ 3,7 bilhões para R\$ 15 bilhões. O montante exclui da meta parte das despesas com precatórios, orçadas em R\$ 44 bilhões.

"Em razão do teto de gastos em vigor, o excesso de arrecadação estimado no Relatório da Receita, após a repartição tributária com Estados, Distrito Federal e municípios e a complementação da União ao Fundeb, contribui para melhorar a projeção desse resultado", explicou Coronel.

Ele também alterou o piso mínimo de investimentos para 2025 em pouco mais de R\$ 15 bilhões.

A proposta original do governo previa um mínimo de R\$ 74,3 bilhões em investimentos, mas o relator aumentou a cifra para R\$ 89,4 bilhões. No documento, o relator explica que o arcabouço fiscal estabeleceu o mínimo de investimentos em 0,6% do **PIB**, estimado em R\$ 12,4 trilhões no Ploa. "Neste relatório, este piso está sendo devidamente observado, com a alocação de R\$ 89,4 bilhões para a realização de investimentos", explicou.

O limite de despesas primárias para este ano foi corrigido por um IPCA de 4,23% e considerou um crescimento real de 2,5% do **PIB**, totalizando R\$ 2,25 trilhões.

O montante destinado às emendas parlamentares foi mantido em R\$ 50,4 bilhões, sendo R\$ 18 bilhões para emendas individuais de deputados e R\$ 5,5 bilhões para os senadores.

As emendas de bancada estadual somam R\$ 14,28 bilhões e as de comissões, mais questionadas pela falta de transparência, totalizam R\$ 11,5 bilhões. Um acordo feito com o governo, contudo, deve ampliar para R\$ 61,7 bilhões o montante total disponível para deputados e senadores.

O relatório também prevê a ampliação dos gastos com educação em relação ao projeto original do governo. A despesa passou de R\$ 117 bilhões para R\$ 167 bilhões. Na saúde, a despesa para 2025 foi corrigida de R\$ 228 bilhões para R\$ 232 bilhões.

A pedido do governo, Coronel aumentou em R\$ 8,3 bilhões a previsão de despesas com benefícios previdenciários e em R\$ 678 milhões a do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Porém, mesmo com o reajuste, as estimativas do governo ainda continuam subestimadas, segundo especialistas em contas públicas ouvidos pelo Valor.

O economista Rogério Nagamine, especialista em **Previdência Social**, estima que a despesa com benefícios previdenciários está subestimada na peça orçamentária entre R\$ 10 bilhões (limite inferior) a R\$ 20 bilhões (limite superior), mesmo considerando o ajuste proposto na quarta-feira pela equipe econômica.

No caso do BPC, a subestimativa seria de cerca de R\$ 5 bilhões. Em 2024, como mostrou o Valor em janeiro, o governo gastou com Previdência cerca de R\$ 30 bilhões a mais que o previsto.

Apesar da determinação feita pelo Tribunal de Contas da União, o programa Pé-de-Meia, que remunera estudantes do ensino médio, ficou de fora do Orçamento. Como o órgão de controle deu prazo de 120 dias para a inclusão, o governo ainda trabalha nas medidas que serão apresentadas para cumprir a

decisão.

Site: valor.globo.com/virador/#/edition/188145

Orçamento de 2025 passa com superávit de R\$ 15 bi: veja o que o Congresso mudou na proposta do governo

O Orçamento aprovado ontem pelo Congresso Nacional prevê um superávit de R\$ 15 bilhões neste ano. Mas o desenho final da peça orçamentária aprovada é diferente da que foi proposta pelo governo. Algumas áreas tiveram a previsão de recursos ampliada enquanto outras perderam dinheiro.

Especialistas em contas públicas apontam que os números são excessivamente otimistas devido a previsões de receitas altas demais e de despesas subestimadas.

São mecanismos que evitam ao governo fazer grandes cortes de despesas nos primeiros meses do ano, ou seja, sai de cena o indesejado contingenciamento, enquanto negocia projetos prioritários com o Congresso.

Para analistas, o governo terá de "corrigir" a peça orçamentária e anunciar um congelamento de recursos para cumprir as regras fiscais ao longo deste ano. A meta de resultado primário em 2025 é zero, com limite de tolerância de 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**), que vai de déficit de R\$ 31 bilhões a superávit do mesmo valor.

O Orçamento aprovado aponta para a obediência com folga, com um resultado positivo de R\$ 15 bilhões, maior do que o inicialmente previsto pelo governo, de R\$ 3,7 bilhões. Está fora da meta, porém, um pagamento de R\$ 44 bilhões em precatórios (despesas decorrentes de ordens judiciais), conforme decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

A principal mudança para justificar a diferença foi a expansão de R\$ 11,038 bilhões na receita líquida da União, depois das transferências para estados e municípios. O aumento deve-se à atualização dos parâmetros macroeconômicos pelo relator da Receita, deputado Domingos Sávio (PL-MG), com base no último relatório de receitas e despesas de 2024 e em uma taxa de câmbio de R\$ 5,70.

O Congresso reduziu a estimativa com a arrecadação com projetos ainda não aprovados - caiu de R\$ 20,9 bilhões para R\$ 13,4 bilhões. Além disso, corrigiu a parte relativa à desoneração da folha de pagamentos.

Claramente superestimado

Por outro lado, o Congresso manteve a projeção de receitas com os desempates dos julgamentos do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, o tribunal da Receita, de R\$ 28 bilhões. Em 2024, o governo iniciou o ano prevendo R\$ 55 bilhões, mas arrecadou efetivamente apenas R\$ 307 milhões.

Para o economista Tiago Sbardelotto, da XP Investimentos, o saldo final do relatório de receitas está "claramente superestimado":

- Se pegássemos só a parte de atualização da base tributária e dos parâmetros, me parece ser algo dentro da realidade. Mas, com a informação que tinha naquele momento, poderia ter corrigido também a estimativa com o **Carf**, que teve um desempenho muito aquém do esperado no ano passado, praticamente zero.

Irrealista

Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, avaliou que o aumento da previsão de receitas serviu para acomodar R\$ 11,5 bilhões de emendas de comissão.

- O Orçamento segue irrealista e isso precisará ser corrigido - diz.

O relatório bimestral teoricamente seria publicado até o dia 22 de março, mas, como o Orçamento ainda não foi sancionado, a primeira atualização da peça deve ocorrer até 22 de maio, se o governo não decidir publicar um relatório extemporâneo.

Do lado das despesas, os especialistas também veem problemas com as previsões de gastos obrigatórios, especialmente com a previdência e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). O crescimento das duas despesas vêm surpreendendo continuamente.

A Instituição Fiscal Independente do Senado (IFI) previa que os gastos estavam subestimados em R\$ 31 bilhões. Nos ajustes realizados pelo governo na peça

orçamentária na semana passada, houve até acréscimos na previsão de gastos do **INSS** e com o BPC, mas insuficientes, na visão dos economistas. Foram R\$ 8,3 bilhões para os benefícios previdenciários e R\$ 677 milhões para o BPC.

- Ainda assim, persiste uma diferença significativa - diz Alexandre Seijas, diretor da IFI, completando que houve redução das dotações de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) para acomodar o aumento dos pisos de saúde e educação, que sobem junto com as receitas.

Sbardelotto, da XP Investimentos, prevê um déficit primário de R\$ 36 bilhões, já descontados os precatórios que ficam fora da meta, o que demandaria também um contingenciamento de R\$ 5 bilhões para atingir o limite inferior.

Corte no Bolsa Família

Nesse ponto, contudo, avalia que o governo tem condições de buscar outras receitas, como com concessões ou dividendos. Há ainda a possibilidade de encerramento do programa emergencial para o setor de eventos (Perse), já que o teto de R\$ 15 bilhões em renúncias fiscais deve ser alcançado este mês, de acordo com o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas. Nesse caso, as empresas voltariam a pagar **impostos** para a União:

- Em termos de meta, está bem mais favorável para o governo este ano do que no início do ano passado.

MCMV terá mais R\$ 18 bi

Os parlamentares fizeram algumas alterações nos gastos previstos. O programa Bolsa Família vai receber R\$ 159 bilhões, um corte de R\$ 7,7 bilhões a pedido do próprio governo. O valor é menor do que o de 2024, quando o orçamento total do programa chegou a R\$ 169 bilhões.

O corte no Bolsa Família vai ser usado para ampliar outros programas federais, como o Vale-Gás, que terá mais R\$ 3 bilhões em 2025.

Já o Minha Casa, Minha Vida terá R\$ 18 bilhões. Os ministérios da Educação, da Ciência e Tecnologia e do Desenvolvimento e da Assistência Social foram os que mais perderam dinheiro. Somadas, as três pastas tiveram corte de quase R\$ 9 bilhões em relação ao projeto do governo.

Entre cortes e aumentos, uma despesa ficou de fora: o Pé-de-Meia, que incentiva a permanência de jovens de baixa renda no ensino médio, permanece com apenas R\$ 1 bilhão, o que vai obrigar o governo a enviar, ao

longo do ano, projeto para garantir os recursos.

O Orçamento aprovado confirma o salário mínimo de R\$ 1.518, que já havia sido reajustado em janeiro, e garante quase R\$ 28 bilhões para reajustes salariais de **servidores públicos**, além de recursos para novos certames. Entre eles, o governo deve anunciar um novo edital do Concurso Nacional Unificado (CNU).

O projeto aprovado, que segue para sanção do presidente Lula, prevê ainda R\$ 89,4 bilhões em investimentos - dos quais R\$ 60 bilhões serão destinados ao Programa de Aceleração do Crescimento.

Durante a tramitação, a nova ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, foi obrigada a atuar diretamente junto aos presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), para evitar uma redução do poder do governo no cancelamento de despesas discricionárias (não obrigatórias) no Orçamento deste ano.

Havia uma articulação ao longo do dia para que o índice desse tipo de despesa que o governo pode cancelar por conta própria fosse reduzido de 30% para 10%. Quando há necessidade de um corte maior do que 30%, o governo precisa enviar um projeto de lei ao Legislativo. Após os apelos da ministra, o Congresso voltou atrás.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/03/21/orcamento-de-2025-passa-com-superavit-de-r-15-bi-veja-o-que-o-congresso-mudou-na-proposta-do-governo.ghtml>

Equipe econômica usará decreto para ajustar gastos

Guilherme Pimenta De Brasília

Com a aprovação do Orçamento deste ano somente na quinta-feira (20) no Congresso Nacional, a equipe econômica deve fazer os primeiros ajustes na execução dos gastos de 2025 por meio de um decreto de programação financeira, já que não há tempo para a publicação do primeiro tradicional Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias. Assim, um bloqueio preventivo nas despesas, nos mesmos moldes do ocorrido em 2024, deve ser realizado.

Segundo o Valor apurou com técnicos do governo, a intenção é publicar, já nas próximas semanas, um aperto na execução orçamentária por meio do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, que é publicado sempre na semana subsequente à divulgação do relatório bimestral.

Esse controle prévio, na avaliação de integrantes das pastas envolvidas, daria mais segurança na execução pelos próximos dois meses. Apostam também que isso passaria um recado ao mercado de que o Executivo continuará comprometido com a consolidação fiscal - a meta de resultado primário este ano é, mais uma vez, de déficit zero.

O mecanismo estudado seria o mesmo de julho do ano passado, quando logo após a publicação do terceiro relatório bimestral o governo incluiu no decreto de programação um bloqueio preventivo de gastos, uma "medida prudencial" para segurar a execução nos meses seguintes.

Na ocasião, conforme revelou o Valor à época, R\$ 31,6 bilhões à disposição dos ministérios foram travados de forma temporária, o que irritou o restante da Esplanada.

Pelo calendário, o governo deveria enviar ao Congresso o relatório bimestral até este sábado (22). Embora a peça orçamentária tenha sido aprovada na quinta, ela ainda vai para sanção do presidente Lula. Assim, na prática, há dispensa para a publicação do documento.

Uma das possibilidades na mesa, então, seria a publicação de um relatório bimestral extemporâneo, publicado quando o Executivo precisa fazer bloqueios e contingenciamentos mais urgentes no orçamento.

Geralmente, eles são realizados após novembro, mês marcado pela última publicação regular do relatório bimestral.

Apesar de a publicação do extemporâneo logo após a sanção do Orçamento não estar 100% descartada, técnicos avaliam que, como ainda é começo do exercício orçamentário, os ajustes podem ser feitos por meio da execução das despesas. Assim, quando chegar a próxima divulgação do bimestral, em maio, o governo utilizaria os instrumentos do bloqueio e do contingenciamento.

Esses técnicos avaliam que a situação fiscal, no início de 2025, está controlada, principalmente porque, sem a aprovação do orçamento, a execução orçamentária ao longo dos últimos 3 meses vigorou a passos mais lentos.

Quando não há orçamento, a execução é regida pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Além disso, no início deste ano, o andamento do orçamento discricionário foi ainda mais lento do que determina a legislação com a regra do 1/12 (8,3%).

Ainda assim, devem ocorrer bloqueio e até mesmo contingenciamento deve no próximo bimestral, já em maio. Nos primeiros meses do ano, já há indicativos de alta de gastos obrigatórios, o que justificaria bloqueios nas discricionárias.

Ao mesmo tempo, algumas frustrações de receita já estão contratadas.

Nesse sentido, a **Receita Federal** já afirmou publicamente que o governo deve fazer uma revisão na previsão de arrecadação oriunda do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, principalmente após o governo ter arrecadado somente 0,5% do previsto com o órgão em 2024.

Para este ano, por enquanto, há uma previsão de arrecadar R\$ 28 bilhões só com julgamentos no órgão, montante que vai ser reduzido de forma considerável nos próximos meses.

Site: valor.globo.com/virador/#!/edition/188145

PGFN deverá lançar três editais para fechar acordos de transação com contribuintes

Por Luiza Calegari - De São Paulo

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) já tem engatilhados os três próximos editais do Programa de Transação Integral (PTI), uma das principais apostas do governo para atingir a meta de déficit zero este ano. Vão tratar da inclusão de descontos condicionais na base de cálculo do PIS e da Cofins, da incidência de Imposto de Renda (IRPJ), CSLL, PIS e Cofins nos processos de desmutualização da Bovespa e da BM F e da irretroatividade do conceito de praça para fins de incidência do IPI.

Os temas foram divulgados ao Valor pela procuradora Raquel Godoy, que participou ontem de evento sobre o PTI em São Paulo. A expectativa do Ministério da Fazenda é arrecadar R\$ 30 bilhões este ano com o programa. Podem participar contribuintes com discussão judicial ou administrativa, de duas formas: ou que estejam discutindo teses especificadas pela PGFN em portaria ou que estejam questionando judicialmente cobranças de alto valor já inscritas em dívida ativa, modalidade que ainda será regulamentada em abril.

Esses três temas listados pela PGFN fazem parte da primeira modalidade de acordos. Os dois últimos já constam do Anexo I da Portaria Normativa nº 1.383, que instituiu o PTI. A norma traz um total de 17 temas, mas outros devem surgir a partir de sugestões enviadas por contribuintes.

Uma das teses aborda as discussões judiciais sobre o conceito de praça trazido pela Lei nº 4.502, de 2022. A norma determinou que, para apuração do valor mínimo tributável, considera-se praça o município onde está situado o estabelecimento do remetente. A previsão não constava na lei anterior do IPI, que estava em vigor desde 1964. Os contribuintes que estejam debatendo a retroatividade desse conceito poderão aderir à transação da PGFN, a partir da publicação do edital.

A outra tese diz respeito à operação em que a BM F e a Bovespa deixaram de ser entidades sem fins lucrativos e passaram a ser empresas de capital aberto, em 2007. Poderão deixar de ser discutidos na via judicial e virar objeto de acordo dois tipos de cobranças tributárias: a incidência de IRPJ e CSLL sobre o ganho de capital durante a desmutualização e

a incidência de PIS e Cofins sobre a renda de ações recebidas no mesmo período.

Fernando Munhoz, sócio do Machado Meyer, destaca que os dois temas estão chegando ao Judiciário agora, depois de uma tramitação demorada na esfera administrativa, nas delegacias da **Receita Federal** e no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**.

Até a entrada em vigor da Lei nº 4.502, de 2022, por exemplo, o **Carf** tinha jurisprudência contrária ao contribuinte a respeito do conceito de praça. Depois da lei, embora a tendência majoritária continue sendo desfavorável, começaram a surgir algumas decisões dando razão aos contribuintes, o que pode sinalizar um entendimento favorável no Judiciário.

Esse fator, diz Munhoz, pode desencorajar as empresas que poderiam ter interesse nesse tipo de acordo. "Como se tratam de teses em que há um embate importante e argumentos consistentes, poucas empresas devem querer abrir mão das discussões."

Carolina Martins Sposito, do Trench Rossi Watanabe, acrescenta que essa insegurança dá peso à análise financeira no momento de avaliar a adesão ao PTI. "Nós estamos discutindo teses em que há boas chances de os contribuintes levarem, mas igualmente há chance de a PGFN ter sucesso. Talvez faça sentido, financeiramente, organizar esse passivo já pensando nas novas discussões que vão surgir com a **reforma tributária**", afirma a advogada.

O tema que está mais adiantado e não estava previsto na portaria, mas deve impactar mais contribuintes, segundo especialistas, trata da inclusão dos descontos condicionais na base de cálculo do PIS e da Cofins.

Para fins tributários, os descontos incondicionais são os que reduzem o preço de venda e constam da nota fiscal, conforme explica Leonardo Varella Giannetti, tributarista do Rolim Goulart Cardoso. Já os condicionais dependem de evento posterior à emissão da nota fiscal - normalmente o pagamento da compra dentro de um prazo determinado - e configuram despesa para o vendedor e receita para o comprador. Nessa condição, estão sujeitos à tributação pelo PIS e Cofins.

O problema que leva essa questão ao Judiciário é a delimitação sobre a natureza do desconto em casos concretos. Essas situações normalmente demandam produção de prova e dependem de extensa análise fática.

Há precedentes do Superior Tribunal de Justiça (STJ) contra e a favor do contribuinte. A 1ª Turma entende que "descontos concedidos pelo fornecedor ao varejista, mesmo quando condicionados a contraprestações vinculadas à operação de compra e venda, não constituem parcelas aptas a possibilitar a incidência" de PIS e Cofins (REsp 1836082).

A 2ª Turma, por outro lado, entende que "valores correspondentes às obrigações extintas por formas de adimplemento diversas do pagamento, a exemplo da compensação e da dação em pagamento, compõem a receita da pessoa jurídica" e, portanto, integram a base de cálculo do PIS e da Cofins (REsp 2090134).

Segundo Giannetti, as situações costumam ser complexas e envolver muitas especificidades das empresas envolvidas. Assim, após a publicação do edital, "cabará ao contribuinte avaliar sua situação concreta, e ponderar se tem boas chances de ganhar o processo judicial ou não".

Esse também será, dos três, o edital mais sensível, afirma Carolina Sposito, com potencial de várias consequências reflexas que precisarão ser bem pesadas. "Essa discussão tem várias perspectivas, é preciso ter muita clareza. Vai valer para qual setor? Só para o crédito ou também para o débito? Existem tantos efeitos correlatos, tantas consequências decorrentes, que precisam estar muito bem alinhados."

O plano da PGFN é lançar cerca de três editais por mês. Os três primeiros foram publicados em 3 de janeiro. Um deles trata de dedução do ágio fiscal gerado por reestruturação societária (o "ágio interno") ou daquele feito por meio de empresa instituída unicamente para viabilizar a amortização.

O segundo edital envolve a tributação ligada à produção de insumos para bebidas não alcoólicas na Zona Franca de Manaus. E o terceiro, da incidência de contribuições sobre participação nos lucros e resultados (PLR), de IRPF e contribuições sobre stock options e de IRRF e contribuições sobre programas de previdência privada complementar.

O órgão também pretende editar uma nova portaria para regulamentar, até o fim de abril, a cobrança de créditos judicializados de alto impacto econômico com base no Potencial Razoável de Recuperação do Crédito Judicializado (PRJ), segundo adiantou a coordenadora-geral de negociações da PGFN,

Mariana Lellis Vieira, no evento em São Paulo.

Em vez de oferecer transação por teses judiciais, ou temas específicos, essa modalidade vai abranger apenas os créditos inscritos em dívida ativa, com valor mínimo (que inicialmente foi fixado em R\$ 100 milhões, mas pode vir a ser reduzido), e cujo processo judicial esteja obstando a cobrança.

Site:

<https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2025/03/21/pgfn-devera-lancar-tres-editais-para-fechar-acordos-de-transacao-com-contribuintes.ghtml>

Superávit no 1º bimestre mais que dobrou, diz IFI

Jéssica Sant"Ana De Brasília

A Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão de monitoramento das contas públicas ligado ao Senado, calcula que o governo central teve superávit primário de R\$ 54,2 bilhões no primeiro bimestre de 2025, mais que o dobro do obtido no mesmo período de 2024 (R\$ 21,2 bilhões).

A melhora é explicada pela elevação das receitas primárias, especialmente das administradas e da arrecadação líquida para o Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), e pela queda na despesa primária. Essa queda nos gastos, contudo, é explicada pelo fato de o ano ter começado sem Orçamento aprovado e porque o governo pagou em fevereiro de 2024 precatórios represados - despesa que não se repetiu neste ano.

As conclusões constam no Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) de março, divulgado nesta quinta-feira (20).

De acordo com a IFI, pelo lado da arrecadação, houve aumento real de 3% nas receitas primárias no acumulado de janeiro e fevereiro deste ano na comparação com o mesmo período de 2024.

Excluindo as transferências para Estados e municípios, a receita líquida da União subiu 3,5%.

Esse desempenho foi impulsionado pelo comportamento das receitas administradas, que tiveram incremento real de 3,9%, e da arrecadação líquida para o RGPS, que subiu 2,7%, sempre em termos reais. Por outro lado, as receitas não administradas caíram 1,9%.

Pelo lado da despesa, houve queda real de 5,1% no primeiro bimestre de 2025 em relação ao mesmo período 2024. O resultado é explicado pelo fato de, em fevereiro do ano passado, o governo ter pago precatórios represados, despesa que não se repetiu em fevereiro deste ano.

Além disso, os dados da IFI mostram no primeiro bimestre houve alta real de benefícios previdenciários (2,3%), abono e seguro-desemprego (4,4%), Benefício de Prestação Continuada (13,5%), Complementação da União ao Fundeb (20,9%) e obrigatórias com

controle de fluxo (5,7%).

Por outro lado, houve queda de 2,8% nas despesas com pessoal e acréscimo de apenas 0,6% nas despesas discricionárias, reflexo da execução provisória do Orçamento.

Como o Orçamento ainda não havia sido aprovado pelo Congresso, a execução das despesas discricionárias ficou limitada a 1/12 das dotações constantes do PLOA.

Site: valor.globo.com/virador/#!/edition/188145

Salário mínimo e os desafios fiscais (Artigo)

Por Cornelius Fleischhaker e Raquel Tsukada

Cornelius Fleischhaker e Raquel Tsukada são, respectivamente, economista sênior para o Brasil e economista de proteção social do Banco Mundial.

Vincular uma parcela significativa dos gastos do governo federal ao salário mínimo não apenas cria problemas orçamentários, mas também de justiça social e equidade.

A recente revisão da fórmula de ajuste do salário mínimo no Brasil, que limita seu aumento real a 2,5%, significou alinhar o valor do salário à regra de gastos do governo ao invés de alinhá-lo à produtividade das empresas, como deveria ser o objetivo original. Em 2025, o salário mínimo aumentou menos do que teria aumentado pela regra anterior, que era de 3,2%, equivalente ao crescimento real do **PIB** de 2023.

O mesmo deve acontecer em 2026, já que o **PIB** de 2024 já cresceu mais de 3%. Embora esta medida ofereça algum alívio orçamentário, reduzindo o crescimento das despesas obrigatórias em pelo menos R\$ 4 bilhões anuais, ela também gera preocupações sobre justiça social e sustentabilidade a longo prazo.

O salário mínimo tem um impacto significativo em diversos gastos sociais, com várias rubricas de despesas vinculadas a ele.

Ele serve como piso para o regime geral de **previdência social** (RGPS) e é o valor base para a maioria das aposentadorias rurais e também para as aposentadorias sociais não contributivas (BPC), beneficiando quase 25 milhões de brasileiros. Isso representa 64% dos beneficiários do RGPS e gera um gasto fiscal de aproximadamente R\$ 490 bilhões, mais de 4% do **PIB**.

Com o envelhecimento da população e muitos trabalhadores sem contribuições suficientes para aposentadorias mais altas, espera-se que o número de beneficiários recebendo o salário mínimo aumente, pressionando ainda mais o orçamento. Além disso, outras despesas vinculadas ao salário mínimo, como o abono salarial e o seguro-desemprego, somam cerca de R\$ 70 bilhões, ou 0,6% do **PIB**.

O uso do salário mínimo como base para definir benefícios de aposentadoria não tem justificativa sólida. Embora seja necessário garantir uma aposentadoria mínima para evitar a pobreza na

velhice, esse benefício geralmente é menor que o salário mínimo recebido por trabalhadores em tempo integral, uma vez que aposentados geralmente enfrentam custos de vida mais baixos do que trabalhadores da ativa. Em muitos países, como Portugal, México e Argentina, as aposentadorias mínimas são bem abaixo do salário mínimo, mesmo que seus ajustes anuais estejam vinculados a ele. No Brasil, a renda líquida de uma aposentadoria mínima é cerca de 8% maior que a de um trabalhador que ganha salário mínimo, pois os trabalhadores precisam fazer contribuições previdenciárias, enquanto os aposentados não.

Manter as aposentadorias não contributivas no mesmo nível das aposentadorias mínimas para aqueles que contribuem para o RGPS levanta questões de justiça e pode desencorajar trabalhadores de baixa renda e com histórico de contribuição intermitente a participar do RGPS, incentivando o trabalho informal. Afinal, qual seria a vantagem de contribuir mensalmente, reduzindo o salário líquido do empregado e aumentando o custo do empregador, se a aposentadoria será essencialmente a mesma: um salário mínimo por mês?

Uma melhor integração entre os sistemas de aposentadoria contributiva e não contributiva, desvinculando os benefícios do salário mínimo, poderia melhorar a justiça no sistema previdenciário, proporcionar economias fiscais e permitir que as contribuições resultem em benefícios mais elevados, mesmo para trabalhadores com salários baixos e histórico de contribuição limitado. Para isso, o benefício não contributivo precisaria ser reduzido gradualmente para um valor abaixo do salário mínimo, mas ainda suficiente para evitar a pobreza na velhice.

Esse benefício poderia aumentar proporcionalmente se a pessoa tiver algum tempo de contribuição, mesmo que apenas um ano. Isso permitiria um benefício previdenciário um pouco maior para aqueles com algum histórico de contribuição, sem exigir os 15 anos atualmente necessários para uma aposentadoria regular do RGPS. O benefício de assistência social para idosos (hoje BPC) poderia ser gradualmente reduzido à medida que a renda do benefício contributivo aumentasse.

O relatório do Banco Mundial "O sistema previdenciário brasileiro sob a ótica da equidade" oferece propostas nessa direção.

Desvincular os benefícios previdenciários também reduziria o efeito inflacionário do aumento do salário mínimo, ajudando o Banco Central no desafio de manter a **inflação** controlada na atual conjuntura econômica com crescimento robusto e mercado de trabalho aquecido. Também ajudaria a incentivar o trabalho formal, aumentando as receitas dos **impostos** ao trabalho e outras contribuições.

O governo se concentrou nas implicações fiscais das mudanças no salário mínimo, à medida que grandes aumentos reais e um número crescente de beneficiários sob programas vinculados aceleraram os gastos obrigatórios com idosos, limitando o espaço fiscal para outras prioridades como infraestrutura, proteção florestal e enfrentamento dos efeitos das mudanças climáticas, e ameaçando os limites fiscais.

No entanto, em vez de desvincular os benefícios previdenciários (o que teria que passar por emenda constitucional), o governo optou por modificar a fórmula do salário mínimo. Isso revela as armadilhas de usar uma única política, o salário mínimo, para objetivos múltiplos e distintos. Essa abordagem vai contra o princípio de Tinbergen, uma regra fundamental em políticas públicas, que afirma que os governos precisam de pelo menos tantos instrumentos políticos quanto objetivos a serem perseguidos.

Vincular inúmeros benefícios ao salário mínimo o transformou em um parâmetro fiscal fundamental quando originalmente deveria ser uma política de mercado de trabalho.

Vale ressaltar que a solução dada pelo governo não resolve o problema do crescimento acelerado das despesas, sobretudo nos benefícios previdenciários, apenas mitiga seus efeitos no curto prazo. Além disso, implica que o salário mínimo para os trabalhadores agora é limitado pelo custo fiscal de programas destinados principalmente a pessoas que não trabalham. Ao vincular políticas com objetivos diferentes ao mesmo instrumento, os formuladores de políticas correm o risco de não alcançar nenhum.

Manter aposentadorias não contributivas no mesmo nível das aposentadorias mínimas dos que contribuem para o RGPS levanta questões de justiça e pode desencorajar trabalhadores de baixa renda a participar do RGPS, incentivando o trabalho informal

Site: valor.globo.com/virador/#/edition/188145

Como fundos de pensão desmistificam déficit versus prejuízo

A **previdência complementar** fechada tem ganhado relevância diante dos desafios da previdência pública, consolidando-se como uma alternativa segura e rentável. Com gestão profissional e visão de longo prazo, os fundos de pensão garantem estabilidade e desempenho expressivo, mesmo em cenários de volatilidade.

Aresiliência desse modelo é reforçada por estudos que indicam que, com base na política de investimentos, a rentabilidade média anual dos fundos pode superar alternativas tradicionais, evidenciando sua importância para a segurança financeira dos participantes.

Nos últimos vinte anos, o sistema manteve-se equilibrado e acumulou uma rentabilidade de 1.023%, superando o CDI (722%) e o Ibovespa (493%). Esse resultado reflete a adoção de estratégias de diversificação, gestão ativa e um planejamento voltado para o longo prazo, fatores que protegem os participantes das oscilações do mercado e garantem a solidez desse modelo de previdência.

Apesar da solidez dos fundos de pensão, há confusão entre os conceitos de déficit e prejuízo, que possuem implicações distintas. O déficit ocorre quando o valor de mercado dos ativos fica abaixo da expectativa atuarial, situação muitas vezes decorrente das oscilações normais do mercado ou de mudanças no passivo, como o aumento da longevidade dos participantes. Esse cenário representa um desequilíbrio que, se atingindo determinados limites legais, precisa ser equacionado. Por outro lado, há uma perda potencial dos ativos, mas não realizada, ou seja, pode ser revertido se os ativos forem mantidos até a recuperação dos preços. Já o prejuízo se concretiza quando um ativo é vendido por um valor inferior ao que foi pago originalmente, impactando diretamente o resultado financeiro do plano. Esse impacto pode ser evitado por estratégias que priorizam a manutenção dos ativos durante períodos de baixa, permitindo sua valorização futura.

A distinção entre esses conceitos reforça a importância de uma gestão estratégica. Evitar reações precipitadas diante da volatilidade do mercado permite reverter déficits e transformá-los em ganhos futuros. Além da gestão eficiente dos ativos, a legislação da **previdência complementar** fechada estabelece mecanismos para garantir o equilíbrio dos planos.

Quando um déficit ultrapassa limites estabelecidos, medidas corretivas, como aportes adicionais, tornam-se obrigatórias para restaurar o equilíbrio atuarial. Da mesma forma, em casos de superávit que excedem os limites legais, a legislação prevê mecanismos de equacionamento, como a recomposição de reservas de benefícios ou a distribuição de recursos a participantes e patrocinadoras. Essas regras garantem a sustentabilidade dos planos a longo prazo, protegendo os interesses dos participantes e promovendo uma administração responsável.

Os déficits e superávits fazem parte da dinâmica dos planos estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD) e Contribuição Variável (CV), que exigem a compatibilização entre ativos e passivos atuariais ao longo do tempo. Já nos planos de Contribuição Definida (CD), não há déficit atuarial, pois os benefícios são concedidos com base no saldo do participante. Nessa modalidade, eventuais oscilações na rentabilidade dos investimentos impactam exclusivamente o saldo da conta individual do participante, sem gerar obrigações adicionais para participantes ou patrocinadores.

A **previdência complementar** fechada permite que os fundos de pensão se beneficiem do poder dos juros compostos e da recuperação dos ativos ao longo do tempo. Oscilações de mercado são normais, mas o déficit não se torna prejuízo enquanto os ativos forem mantidos na carteira. Ao preservar os investimentos durante períodos de instabilidade, o investidor permite que os ativos se recuperem, beneficiando-se da tendência histórica de valorização dos mercados ao longo dos anos. O modelo de gestão dos fundos de pensão foi desenvolvido para resistir a oscilações e garantir segurança financeira aos participantes.

A **previdência complementar** fechada é essencial para a construção de uma aposentadoria segura e sustentável. A distinção entre déficit e prejuízo, aliada às regras de equacionamento, reforça a importância da atuação estratégica. Avisão de longo prazo permite a adoção de medidas adequadas, inclusive evitando equacionamentos, além de transformar desafios em oportunidades, promovendo segurança financeira e investimento responsável, sem a necessidade de realização de prejuízos.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188145>

Orçamento: valor destinado para emendas é maior do que a verba de 32 dos 38 ministérios em 2025

Por O Globo - Brasília

Com mais de três meses de atraso, o Congresso Nacional aprovou nesta quinta-feira o Orçamento de 2025. A proposta, que segue para a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, prevê R\$ 50,4 bilhões para emendas parlamentares.

O valor destinado para emendas neste ano é maior que o orçamento de 32 dos 38 ministérios do governo.

O levantamento considera todos os gastos das pastas, incluindo despesas obrigatórias - tais como salários -, além de investimentos.

Entre todos os ministérios, apenas os ministérios da Previdência (que paga o **INSS**), do Desenvolvimento e Assistência Social (do Bolsa Família), Saúde, Educação, Defesa e Trabalho têm mais despesas que aquelas escolhidas pelos parlamentares.

Dessa forma, os gastos com emendas são maiores que o orçamento total de pastas como Transportes (R\$ 29 bilhões) e Justiça (R\$ 22 bilhões).

O relatório apresentado pelo senador Angelo Coronel (PSD-BA) ontem confirmou a destinação de R\$ 11,5 bilhões para as chamadas emendas de comissão, que são alvo de questionamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por falta de transparência.

No início da semana, o ministro Flávio Dino deu dez dias para a Câmara, o Senado e a Advocacia-Geral da União (AGU) se posicionarem sobre as novas regras para emendas, aprovadas na semana passada, que abrem brecha para omitir a identificação dos autores de emendas coletivas. O atraso na votação do Orçamento deste ano teve como pano de fundo o impasse sobre o pagamento desses recursos.

Do total da verba indicada por parlamentares, 77% são impositivas, ou seja, o governo precisa pagar. O que não é obrigatório faz parte de negociações políticas, que é o caso das emendas de comissão. Na distribuição dos recursos entre os colegiados do Congresso neste ano, o PL, do ex-presidente Jair Bolsonaro, ficou com a maior fatia: a sigla terá o

comando de R\$ 4,8 bilhões.

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/03/21/orcamento-valor-destinado-para-emendas-e-maior-do-que-a-verba-de-32-dos-38-ministerios-em-2025.ghtml>

Orçamento destina mais de R\$ 50 bilhões para emendas

ISRAEL MEDEIROS, RAFAELA GONÇALVES E MAIARA MARINHO

O Congresso aprovou, com três meses de atraso, a Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2025. A votação do Orçamento virou prioridade da Câmara e do Senado depois da aparente trégua com o Supremo Tribunal Federal (STF) no que diz respeito às emendas parlamentares.

Para este ano, o Orçamento total será de R\$ 5,9 trilhões, sendo que R\$ 1,7 trilhão (28,8%) só para o refinanciamento da dívida pública.

A manutenção da máquina pública, com despesas correntes e pagamento de pessoal e encargos sociais, soma R\$ 2,9 bilhões (49,2%).

O texto reservou R\$ 50,4 bilhões para as emendas parlamentares este ano, valor 5,6% menor que os R\$ 53 bilhões reservados para 2024. Do total do ano passado, no entanto, foram autorizados R\$ 47,9 bilhões, sendo que R\$ 40 bilhões foram efetivamente pagos, depois dos bloqueios feitos pelo ministro Flávio Dino, do STF, e confirmados pelo plenário da Corte.

Na sessão, o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (PL -RJ), ameaçou obstruir a votação para protestar contra o fato de o governo não ter pago todas as emendas aprovadas em 2024.

"Nós somos convocados pelo ilustre presidente do Congresso Nacional, senador Davi Alcolumbre, para votar um orçamento sem que o orçamento do ano anterior seja 100% concluído", criticou.

"Tenho 38 deputados da minha bancada que têm mais de R\$ 5 milhões de emendas impositivas empenhadas e não pagas. Este líder que vos fala tem em torno de R\$ 20 milhões em emendas impositivas e não pagas", acrescentou.

Ele lembrou que o ministro Flávio Dino, do STF, responsável por bloquear as emendas, foi indicado ao cargo pelo governo.

O presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), respondeu ao deputado. Disse entender a preocupação do líder do PL, mas saiu em defesa do Executivo.

Ao fim da sessão, elogiou a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann.

Ele afirmou que o Palácio do Planalto reconheceu, durante a negociação do Orçamento, a importância das emendas.

"A ministra Gleisi Hoffmann, num debate franco, honesto e verdadeiro, construiu, nos últimos dias, um entendimento maduro e honesto com o Congresso Nacional, mostrando onde o Poder Executivo poderia ceder na construção dessa peça orçamentária, que pudesse privilegiar o Parlamento brasileiro, as obras estruturantes do governo federal, como o PAC, mas reconheceu, a todo instante, a importância de o Parlamento brasileiro participar efetivamente da construção do Orçamento do Brasil", afirmou Alcolumbre.

Também conforme o presidente do Congresso, "são deputados e deputadas dos rincões deste país de dimensões continentais que sabem o que acontece nos municípios brasileiros, o drama nas cidades e nos estados socorridos, muitas vezes, pelas emendas parlamentares destinadas, muitas vezes, por deputados e senadores".

O pagamento das emendas segue suspenso apesar de o Congresso ter aprovado um projeto de resolução na semana passada.

Isso porque Dino pediu ao governo e ao Parlamento que respondam aos questionamentos sobre o texto aprovado. Na visão de especialistas e de parte dos parlamentares, o projeto permite a continuidade da ocultação das indicações das verbas.

Apesar disso, o relator, senador Angelo Coronel (PSD-BA), disse que "a transparência e rastreabilidade dos recursos públicos estão no coração desta peça orçamentária". "O Brasil exige um Orçamento claro, sem margem para distorções. Cada real aprovado será rastreável, garantindo que a sociedade possa acompanhar a destinação dos recursos e cobrar a boa aplicação do dinheiro público", sustentou.

Em vitória do governo, o texto contou com uma complementação de voto por parte do relator que ampliou o poder do Executivo sobre o remanejamento

de despesas discricionárias - gastos que a União pode ou não executar, dependendo da disponibilidade orçamentária.

A peça orçamentária permite o remanejamento de 30% desses gastos, que anteriormente haviam sido reduzidos a 10%. Além disso, o texto dá maior flexibilidade para o uso de 25% dos recursos destinados ao Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC), que teve os investimentos preservados em mais de R\$ 60 bilhões.

Segundo o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), parte desses recursos remanejados pode garantir a integridade do programa Pé-de-Meia. "Os 30% e os 25% são para tudo que for necessário, são para o Pé-de-Meia, que também deve contar com um PLN (Projetos de Lei do Congresso Nacional) para garantir esse orçamento", disse.

Programas sociais

Um dos entraves no Orçamento foi justamente a falta de recursos para o Pé-de-Meia, programa que oferece incentivo financeiro para que estudantes do ensino médio público concluam a escola.

O governo reservou R\$ 1 bilhão para o programa, bem abaixo dos R\$ 13 bilhões estimados para custeá-lo ao longo do ano.

O programa foi alvo de suspensão pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que determinou que o governo tem até 120 dias para regularizar essa situação. O relator firmou um acordo com o Executivo para que o restante do valor seja incluído ao longo de 2025, por meio de novos créditos aprovados pelo Congresso.

A negociação também resultou no corte de R\$ 7,7 bilhões do Bolsa Família para subsidiar o programa, redução que mira beneficiários que recebem o incentivo financeiro de maneira irregular.

Ao todo, o programa terá um orçamento de R\$ 160 bilhões, uma redução de 5,6% em relação a 2024, quando foram reservados R\$ 169,5 bilhões.

Também foram feitas alterações no valor previsto para o Vale- Gás, que inicialmente foi orçado em R\$ 600 milhões, mas subiu para R\$ 3,6 bilhões depois de um acordo com o governo para estabelecer um montante realista para o programa.

O valor reservado para o programa Farmácia Popular será de R\$ 4,2 bilhões, o mesmo montante que irá para as bolsas da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

(Capes).

A meta fiscal do governo é de deficit zero. Angelo Coronel, porém, prevê superavit de R\$ 15 bilhões, considerando que os precatórios foram retirados do cálculo da meta. Se o governo conseguir cumprir a meta, será a primeira vez desde 2022 que as contas anuais não terminam no vermelho.

A ministra Gleisi Hoffmann, num debate franco, honesto e verdadeiro, construiu, nos últimos dias, um entendimento maduro e honesto com o Congresso Nacional, mostrando onde o Poder Executivo poderia ceder na construção dessa peça orçamentária, que pudesse privilegiar o Parlamento brasileiro"

Davi Alcolumbre (União-AP), presidente do Congresso

**

Reajuste de polícia do DF fica fora / RAFAELA GONÇALVES

A recomposição salarial dos agentes de segurança do Distrito Federal, prometida pelo GDF, não está prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para este ano. Em fevereiro, o governador Ibaneis Rocha (MDB) anunciou um reajuste para as polícias Civil e Militar, além do Corpo de Bombeiros. No entanto, o incremento ficou de fora da peça orçamentária aprovada ontem pelo Congresso.

O senador Izalci Lucas (PLDF) fez um apelo aos parlamentares, afirmando que o texto, da maneira como foi aprovado, limita a correção dos salários dos **servidores públicos** das áreas da segurança, saúde e educação.

Atualmente, para realizar concursos públicos ou conceder reajustes salariais aos servidores, o governo do DF depende de aprovação do governo federal e do Congresso Nacional, uma vez que é preciso alterar a lei orçamentária federal. Para Izalci, a exigência provoca entraves e prejudica a administração local.

Segundo ele, governadores de estado não precisam pedir autorização federal para realizar um concurso público ou dar um reajuste salarial. "Nenhum governador faz isso. Todos os governadores têm autonomia para cuidar do seu estado", disse, em entrevista ao Correio.

Proposta

O parlamentar é autor de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que prevê reajuste automático do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF). O texto determina que o montante passe a ser corrigido

anualmente pela variação da RCL (Receita Corrente Líquida) da União.

Ele destacou que o Fundo já possui previsão orçamentária, mas ainda assim o governo local precisa da autorização federal para usá-lo integralmente.

"Em função dessa distorção, a gente apresentou uma emenda constitucional, para manter e organizar essa questão, garantindo que o recurso para o GDF seja uma receita corrente líquida", argumentou.

O senador enfatizou que, desde a Constituição de 1988, o Distrito Federal enfrenta dificuldades para administrar seus próprios recursos. Ele lembrou que, em 2002, o governador precisava recorrer ao Executivo federal para garantir o pagamento de despesas essenciais.

"A PEC 1 de 2025 corrige essa distorção. Temos o pior salário do Brasil por causa desse empurra-empurra entre Executivo e Legislativo. Se já há o repasse definido, não faz sentido pedir autorização ao Palácio do Planalto e ao Congresso", afirmou.

A proposta deve ser analisada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/7118/21-03-2025.html?all=1>

Distribuição

Confira como ficou o Orçamento federal para 2025

- Orçamento geral: **R\$ 5,9 trilhões**
- Refinanciamento da dívida pública: **R\$ 1,65 trilhão**
- Despesas correntes e pagamento de pessoal e encargos sociais: **R\$ 2,9 bilhões**
- Meta fiscal: **deficit zero**
- Teto de despesas sujeitas ao arcabouço fiscal de **R\$ 2,2 trilhões**
- Superavit estimado: R\$ 15 bilhões, valor maior do que a previsão inicial do governo, de **R\$ 3,7 bilhões.**

EMENDAS

- Emendas parlamentares: **R\$ 50,4 bilhões**
- Emendas individuais da Câmara dos Deputados: **R\$ 19 bilhões**
- Emendas de bancadas estaduais: **R\$ 14,3 bilhões**
- Emendas de comissão: **R\$ 11,5 bilhões**
- Emendas individuais do Senado: **R\$ 5,5 bilhões**

PRINCIPAIS DESPESAS

- Reajustes do funcionalismo (retroativos): **R\$ 22 bilhões**
- Bolsa Família: **R\$ 160 bilhões**
- Vale-gás: **3,6 bilhões**
- Farmácia Popular: **R\$ 4,2 bilhões**
- Bolsas da Capes: **R\$ 4,2 bilhões**
- Saúde: **R\$ 233 bilhões**
- Educação: **R\$ 167 bilhões**
- Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): **R\$ 60 bilhões**

Fonte: PLN 26/24



Preço alto derruba consumo nos lares

RAPHAEL PATI

Com a **inflação** em alta e os preços dos alimentos cada vez mais caros, o consumo nos lares brasileiros registrou queda no mês passado. De acordo com a Associação Brasileira de Supermercados (Abras) esse consumo apresentou uma retração de 4,25% em fevereiro, em relação ao mês anterior. Os dados foram publicados ontem na pesquisa Consumo nos Lares, divulgada pela entidade supermercadista.

Nesse contexto, a cesta de 35 produtos de largo consumo indicada pela Abras ficou ligeiramente mais cara no mês, e passou de R\$ 800,75 em janeiro para R\$ 806,61 no mês seguinte.

Dois produtos foram os principais responsáveis pela carestia em fevereiro: o ovo, que registrou aumento de 15,39%, e o café torrado e moído, que subiu 10,77%.

Uma das explicações para o valor mais caro dos ovos é a demanda maior alinhada com menor oferta no mercado. "Esse aumento dos ovos já vinha sendo identificado desde a segunda quinzena de janeiro e nós, da Abras, já havíamos antecipado esse movimento. A entidade que representa os produtores de ovos já previa um aumento do consumo per capita em 2024 com a média chegando perto de 269 unidades por habitante", avalia o vice-presidente da Abras, Marcio Milan.

Apesar da queda em fevereiro, no acumulado do primeiro bimestre, o indicador registra alta de 2,25% na comparação com o mesmo período do ano anterior.

A entidade ressalta que nos dois primeiros meses do ano, o orçamento das famílias é pressionado por despesas obrigatórias, como mensalidades escolares, transporte e **impostos**. Dessa forma, a prioridade vai para os gastos fixos, com a consequente redução do consumo de outros itens.

Além disso, a Abras também destaca que, com o mês mais curto e a realização do Carnaval em março, diferentemente do ano anterior, houve ainda menos estímulos para o consumo no mês. "Apesar desse recuo pontual em fevereiro, o crescimento anual reflete fatores como o reajuste do salário-mínimo, recursos dos programas de transferência de renda e melhora do mercado de trabalho", analisa Milan.

Sobre a isenção do Imposto de Importação (II) em 11 produtos de largo consumo, anunciada pelo governo

federal e aprovada pela Câmara de Comércio Exterior (Camex), o vice-presidente da entidade considera que ela pode ajudar na isenção dos preços para o consumidor final. "Porém, o que eu venho informando é que essa é uma medida de médio prazo. Não é uma medida de curto prazo", avalia.

"Se as empresas já começaram esse processo, isso leva no mínimo 60 dias. São dois meses para que essa operação toda seja finalizada, internalizada e que o consumidor possa se beneficiar com esses preços", acrescenta Milan, que destaca que o grande pleito do setor atualmente para baixar os preços é a implantação imediata da cesta básica nacional de alimentos, que está prevista para entrar em vigor apenas em 2027, por meio da **reforma tributária**.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/7118/21-03-2025.html?all=1>

Mineração e Reforma Tributária: oportunidade perdida? - DIREITO E TRIBUTOS

ROBSON SANT'ANA *advogado tributarista*

O Brasil é um gigante da mineração. Nossas riquezas naturais impulsionam a economia, geram empregos e colocam o país em posição de destaque no comércio global. Mas, apesar dessa força, a indústria mineral brasileira opera sob um dos sistemas tributários mais pesados e complexos do mundo.

Enquanto países como Canadá, Austrália e Chile criam incentivos para fortalecer suas cadeias produtivas e atrair investimentos, o Brasil segue um caminho oposto, impondo **tributos** excessivos e uma burocracia sufocante. A expectativa era de que a **reforma tributária** trouxesse alívio, simplificação e previsibilidade. Mas, na prática, o que vimos foi um novo cenário de desafios e incertezas.

A Emenda Constitucional nº 132/2023 trouxe um novo modelo tributário baseado no IVA dual, substituindo **tributos** antigos por dois novos **impostos**: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Em janeiro de 2025, a Lei Complementar nº 214 foi aprovada para regulamentar esse novo sistema. E foi aí que a esperança se transformou em frustração para o setor mineral.

A mineração continua enfrentando uma carga tributária desproporcional. Algumas distorções, como a proliferação de taxas estaduais como a Taxa de Fiscalização de Recursos Minerais (TFRM), não foram corrigidas. Essas taxas, que deveriam ter uma função específica - a fiscalização da atividade minerária -, acabaram se tornando uma ferramenta arrecadatória sem qualquer contrapartida real.

Mas o problema não parou por aí. O novo sistema ampliou a base de cálculo e o fato gerador dos **tributos**. Agora, tanto o CBS quanto o IBS incidem sobre as operações de extração, criando um efeito perverso: um novo tributo que, na prática, se soma à já onerosa Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM). Como se não bastasse, a mineração foi enquadrada no Imposto Seletivo, conhecido como "imposto do pecado", um mecanismo pensado para desestimular produtos nocivos, como cigarros e

bebidas alcoólicas. Mas desde quando extrair minério é um pecado?

Essa decisão revela uma desconexão entre a política tributária e a realidade econômica do país. Enquanto governos mundo afora reduzem **impostos** sobre a mineração para incentivar a competitividade, o Brasil impõe mais barreiras e custos para um setor que já carrega um peso considerável.

A reforma também não trouxe avanços na simplificação das obrigações acessórias. Pelo contrário: as empresas do setor seguirão lidando com uma carga burocrática elevada, que exige tempo, dinheiro e estrutura para garantir a conformidade fiscal. Além disso, diversas regras da Lei Complementar nº 214 levantam questionamentos jurídicos e podem acabar sendo contestadas no Supremo Tribunal Federal (STF), criando um longo caminho de disputas e insegurança.

O impacto disso? Empresas receosas em investir, projetos adiados, custos operacionais maiores e uma perda de competitividade para um setor que é essencial para a balança comercial do Brasil.

O que resta às empresas? Adaptar-se rapidamente, buscar estratégias de mitigação de riscos e investir em conformidade fiscal. O setor precisa, mais do que nunca, de planejamento e segurança jurídica para continuar operando e contribuindo para o desenvolvimento econômico do Brasil.

O setor de mineração precisa, mais do que nunca, de planejamento e segurança jurídica para continuar operando e contribuindo para o desenvolvimento econômico do Brasil

Site: <https://atarde.com.br/?d=1>

Airbnb compartilha com a Receita dados de aluguel de imóveis

Empresas que fazem a intermediação de alugueis de imóveis e acomodações por temporada foram contatadas pela **Receita Federal** para que enviassem o informe de rendimentos dos anfitriões entre setembro de 2020 e dezembro de 2024.

A medida estava em estudos desde o ano passado e, diante da posse dos informes, o Fisco pode cruzar os dados para saber se quem aluga está recolhendo os **impostos** devidos.

Entre os dados enviados pelas operadoras estão transações envolvendo proprietários no Brasil, com nome, endereço, CPF ou CNPJ, ganhos de reservas e o endereço da acomodação, além de informações de pagamento para aqueles que recebem os pagamentos via plataforma.

RECOLHER POR CARNÊ-LEÃO

Em **comunicado**, o Airbnb afirmou ontem que enviou os dados de negociações de anfitriões sobre os três anos e três meses anteriores, e disse que incentiva a quem realizou a locação pela plataforma a consultar um contador ou consultor tributário para esclarecer dúvidas e preocupações. A Expedia também confirmou que foi contatada pela Receita e que atenderá a solicitação do órgão. Procurado, o Booking, que possibilita o aluguel por temporada de imóveis, não respondeu se também enviou os informes para a Receita.

Segundo fontes no Fisco, para a implantação da medida os dados informados pelas empresas não estarão na declaração pré-preenchida deste ano por uma questão técnica, mas deverão entrar já no ano que vem. Para quem não declarou os ganhos a partir de setembro de 2020, a saída pode ser voltar atrás e prestar as contas.

O recolhimento dos **tributos** deveria ser realizado mensalmente, através do Carnê-Leão, já que a operação acontece entre pessoas físicas, como um aluguel.

Segundo Ana Carolina Carpinetti, sócia do Pinheiro Neto Advogados, para quem não realizou o recolhimento durante o período, o ideal é escolher dois caminhos para evitar problemas tributários, fazendo a retificação da declaração nos anos em que houve a

locação temporária:

- Se o declarante não registrou os ganhos (com locação temporária) nos anos anteriores, precisaria emitir o carnê-Leão referente ao mês, declarar o rendimento, fazer a entrega do tributo e ajustar a declaração entregue naquele ano a fim de regularizar o passado -diz Ana Carolina, acrescentando que há ainda uma outra alternativa, a de realizar o chamado parcelamento ordinário.

PARCELAMENTO EM 60 VEZES

Através do parcelamento ordinário é possível o contribuinte realizar, de uma só vez, o cálculo de tudo o que deixou de registrar em ganhos com as locações e quitar os eventuais **tributos** com a Receita. Há a possibilidade de parcelamento em 60 vezes da quantia, já que, pelo atraso, incidirão juros.

Ainda assim, é obrigatório retificar a declaração do respectivo ano para incluir a informação dos pagamentos de inquilinos temporários.

Pela mudança, é possível que haja uma cobrança de retificação via documento de arrecadação.

Apesar da alternativa da Receita, Juliana Ribas, consultora de Assuntos Regulatórios na Contabilizei, afirma que o ponto é mais delicado, já que o próprio anfitrião deve calcular o imposto devido para não incorrer em novos problemas tributários.

O que mudou para proprietários de imóveis alugados por plataformas?

A **Receita Federal** cobrou das plataformas o envio de identificação dos anfitriões e seus informes de rendimentos, para saber se quem aluga imóveis portemporada está recolhendo **impostos** de forma devida. Com as informações, a Receita poderá cruzar dados com os fornecidos pelos contribuintes. Se houver alguma inconsistência de informações, o proprietário pode receber a cobrança de **impostos** no futuro.

Como acessar o informe de rendimentos nas plataformas?

Em cada uma das plataformas, o acesso é diferente.

Quem aluga via Airbnb deve seguir a aba do perfil. Em seguida, clicar em Vou hospedar; Menu e Ganhos. Na Expedia, acessar a conta de Parceiro e acessar a aba Pagamentos. No Booking, acesse o portal de anfitrião. Na barra de menus, acesse "Financeiro".

Em que ficha da declaração lanço o valor obtido com alugueis?

Os rendimentos advindos de pessoas físicas, como é o caso, devem ser declarado pelo anfitrião na aba "Rendimentos Tributáveis Recebidos de Pessoa Física e do Exterior Pelo Titular".

Ali, o dono do imóvel deve selecionar o mês do aluguel, clicar em "novo" e registrar o CPF de quem alugou, informando também o valor pago. Se a quantia ultrapassar o limite de isenção e não houver registro de Carnê-Leão naquele mês, há cobrança de multa e juros. Se o declarante foi quem alugou em algum período do ano, a prestação de contas deve estar na aba "Pagamentos Efetuados", com código 70 - Aluguéis de imóveis. Não há incidência de imposto sobre o pagamento.

Preciso retificar declarações anteriores?

Caso você realize o pagamento de Carnê-Leão de meses de algum ano anterior, quitando algum tributo eventual que esqueceu, é necessário realizar a retificação do Imposto de Renda daquele mesmo ano. A apuração deve ser realizada mesmo que o valor arrecadado esteja abaixo da primeira faixa de isenção do IR daqueles anos.

Vale a pena abrir uma empresa para administraras locações?

Segundo Juliana Ribas, consultora da Contabilizei, abrir uma empresa responsável pela administração de aluguéis pode resultar em custo tributário menor. Mas ela afirma que o custo mínimo de rendimento das locações para deixar de arrecadar via pessoa física e passar a operar uma empresa deve superar os R\$ 5 mil, diante dos custos de administração e **impostos**.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Taxa Selic atual "é momentânea", diz Haddad

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu ontem o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, e afirmou que o patamar atual dos juros, de 14,25% ao ano, é momentâneo, para combater a **inflação**. Na quarta-feira, o Comitê de Política Monetária (Copom) elevou a Taxa Selic para o maior patamar desde outubro de 2016.

- Essa Selic é momentânea, para corrigir um problema inflacionário que tem razões domésticas, mas externas também. Nós estamos corrigindo -afirmou o ministro em entrevista à GloboNews.

Para Haddad, não é possível ter uma taxa de juros real (descontada a **inflação**) no patamar atual:

- Nós estamos com uma taxa de juro agora de quanto? De 8% a 9% acima da **inflação**. Acha que vai precisar de uma taxa dessa? A não ser que você queira asfixiar a economia.

Na entrevista, o ministro ressaltou que "há várias formas de trazer a **inflação** para a meta, com inteligência": -O BC tem de olhar para a expectativa (de **inflação**),

sim, mas tem de olhar para os fundamentos da economia. É uma combinação - afirmou. -O que confio que vai acontecer é que o BC vai olhar para todas essas variáveis e vai fazer isso da maneira mais inteligente possível.

Haddad também fez elogios à postura do presidente do BC, que foi escolhido por Luiz Inácio Lula da Silva:

- Galípolo é uma pessoa muito séria, tecnicamente preparado e psicologicamente muito preparado para o cargo.

SEM"CAVALO DE PAU"

Ainda sobre a alta da Selic na quarta-feira, o ministro lembrou que o aumento já havia sido sinalizado (o chamado guidance) na reunião do Copom de dezembro, cujo **comunicado** citava mais duas altas de 1 ponto percentual cada.

- Nós não esperávamos um "cavalo de pau" do Galípolo. Ele tem um compromisso com a coerência das medidas do BC para cumprir o seu mandato. Qual

seja: trazer a **inflação** para a meta. Esse é o compromisso do Galípolo -afirmou Haddad.

A meta de **inflação** é de 3%, podendo chegar até 4,5%. Em fevereiro, o IPCA, índice usado na meta, ficou

em 5,06% no acumulado em 12 meses. E no último Boletim Focus, que reúne as previsões de analistas de mercado compiladas pelo BC, a estimativa é que o índice feche o ano a 5,66%.

Mais cedo, durante o programa Bom Dia Ministro, Haddad já tinha defendido Galípolo. Ele disse que a atual diretoria do BC herdou compromissos da gestão anterior e precisa administrar essa transição com cautela.

O ministro falou também sobre as mudanças no Imposto de Renda. Ele disse que a proposta de isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil foi meticulosamente estudada por mais de um ano e que a oposição não terá motivos para rejeitá-la. Segundo Haddad, a medida corrige distorções históricas e busca justiça tributária sem aumentar a carga de **impostos** sobre os contribuintes:

- A proposta foi muito bem recebida porque quem vai pagar essa conta é quem

hoje não paga Imposto de Renda. Estamos falando de justiça tributária. É uma das coisas mais justas que se poderia fazer, me pergunto por que não se fez isso antes.

Para compensar a perda de arrecadação com a isenção até R\$ 5 mil, a ideia é ter uma tributação mínima de 10% sobre a alta renda. No alvo dessa medida estão 141 mil contribuintes que têm rendimentos superiores a R\$ 600 mil anuais (acima de R\$ 50 mil por mês). Eles seriam taxados com alíquotas que cresceriam progressivamente até alcançar 10% para aqueles com renda maior que R\$1,2 milhão por ano.

O ministro enfatizou que a proposta não implica aumento de **impostos**, mas sim uma redistribuição mais equitativa da carga tributária. E assegurou que a proposta "não tem um centavo de aumento de imposto".

DEBATE COMA OPOSIÇÃO

A tarde, naGloboNews, Haddad voltou ao tema do IR e disse que a oposição precisa fazer parte do debate sobre as medidas propostas:

-O ideal é que a oposição faça parte das conversas. Quem tem a perder com esse projeto mal arrumado? Quem tem a perder é o próximo governo -disse. - Alguém vai querer presidir um país mal arrumado?

Sobre a proposta de compensação, ele disse que o governo só mira "empresas que não pagam seus **impostos** corretamente":

- Tem uma engenharia nesse projeto que é muito correta do ponto de vista de justiça. Está impedindo que uma pessoa abuse dos meandros da legislação para enriquecer sem dar nenhuma contribuição (à economia).

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Maioria do STF mantém teto para deduzir educação no IR

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria para manter o limite para a dedução de gastos com educação no Imposto de Renda (IR). Atualmente, o teto para desconto é de R\$3.561,50 por pessoa.

O julgamento está ocorrendo no plenário virtual, com previsão de ser encerrado hoje, mas seis ministros já votaram para manter as regras atuais. O governo federal estima impacto de R\$ 115 bilhões caso a Corte decida pelo fim do limite.

O relator, ministro Luiz Fux, votou para negar o pedido para encerrar o limite, e foi acompanhado, até agora, por Alexandre de Moraes, Cristiane Zanin, Cármen Lúcia, Flávio Dino e Dias Toffoli.

Para Fux, cabe ao Poder Legislativo estabelecer um limite. Além disso, o ministro argumentou que uma "dedução ilimitada" iria contrariar o princípio da progressividade do IR, ou seja, de que quem ganha mais deve pagar mais **impostos**.

"Tratando-se, portanto, de opção do Poder Legislativo dotada de razoabilidade e proporcionalidade, deve-se conceder a devida deferência à competência do Congresso Nacional, o que significa prestigiar a via democrática", afirmou o relator.

Os ministros estão analisando um pedido apresentado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em 2013. A instituição alegou

"imposição de limites tão reduzidos" descumpriria princípios constitucionais como o direito à educação, a proteção da família e o não confisco tributário. Na época, o limite de desconto estava em R\$ 3.230,46.

A legislação prevê que podem ser deduzidos os gastos "com instrução do contribuinte e de seus dependentes, efetuados a estabelecimentos de ensino". A medida vale desde a educação infantil até a pós-graduação. O teto está em R\$ 3.561,50 desde 2015.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Haddad diz que há compromisso em aprovar isenção do IR

Jéssica Sant"Ana, Estevão Tair, Guilherme Pimenta e Gabriel Shinohara De Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou na quinta-feira (20) há um "compromisso das lideranças" do Congresso Nacional em aprovar o projeto de reforma do Imposto de Renda (IR) neutro do ponto de vista fiscal. Ele disse que os parlamentares têm o direito de apresentar outras medidas compensatórias, mas defendeu a proposta do governo - de taxar as altas rendas - como uma medida "justa" e "factível".

"Todos os líderes concordaram, está politicamente acordado que vamos compensar. Pode ser de outro jeito, ok, mas tem uma compensação. O ideal é que inclusive a oposição participe disso, já que haverá repercussões em outros governos. A compensação vai interessar a todo mundo, não se trata somente de 2026", afirmou Haddad em entrevista à GloboNews.

Ele também explicou que o modelo de compensação proposto pelo governo é "mais justo", porque só pega os dividendos das pessoas de alta renda. "Se eu fosse tributar dividendos como se previa no passado, de todo mundo, o investidor ia pagar também, mas ele vai continuar isento. Só estamos pegando dividendos de empresas que não pagam os **impostos** corretamente." Para compensar o aumento da isenção de IR para quem ganha até R\$ 5 mil por mês, o governo propôs a criação de um imposto mínimo efetivo de até 10% sobre as altas rendas, ou seja, sobre quem tem renda anual acima de R\$ 600 mil. Dividendos acima de R\$ 50 mil distribuídos por empresa a pessoas físicas serão taxados em 10% na fonte, caso o domicílio da pessoa seja o Brasil. Dividendos enviados ao exterior para pessoas físicas e jurídicas serão taxados em 10%, independentemente do valor.

"Eu não consigo ver onde está o problema na compensação. São pessoas que ganham muito e não pagam o mínimo, às vezes não pagam nada", afirmou Haddad ao ser questionado sobre eventual resistência do Congresso na taxação das pessoas de renda mais alta.

"Não existe em nenhum lugar do mundo a pessoa ganhar R\$ 1 milhão por ano e ter alíquota efetiva [de IR] de 2%", completou o ministro, dizendo que o imposto mínimo atingirá somente 141 mil pessoas no Brasil. "Medida de compensação é a mais justa

possível.

Se Congresso não concordar que é justo, é da democracia, cada um responde por seus atos", frisou, ressaltando a necessidade de outra medida compensatória ser aprovada no lugar.

Mais cedo, em entrevista ao programa "Bom dia, Ministro", da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Haddad afirmou que a proposta "não tem um centavo de aumento de imposto". "Agora que se atualiza a tabela cai o mundo, "o que está acontecendo, populismo..." Atualizar a tabela de Imposto de Renda é populismo?

Cobrar de quem não paga é populismo? Aí ficam querendo dizer que governo está aumentando imposto. Essa proposta não tem um centavo de aumento de imposto. Não se aumenta imposto de ninguém, você simplesmente troca de mão, você cobra de quem não paga e isenta quem hoje está pagando para além da conta", disse.

No início da entrevista à EBC, Haddad foi questionado se a tramitação da proposta no Congresso vai ser tranquila e afirmou que o projeto foi muito bem-recebido.

Site: valor.globo.com/virador/#!/edition/188145

Gleisi sacode Haddad e governo - ELIANE CANTANHÊDE

ELIANE CANTANHÊDE

Gleisi Hoffmann mostra serviço e Fernando Haddad força a porta para voltar ao palco e à cena principal, depois de derrotas consecutivas e de ver seu prestígio interno balançar e a confiança na opinião pública desabar. De "alternativa natural" ao presidente Lula como candidato da esquerda, acaba de se defrontar com 58% de avaliação negativa na pesquisa Genial Quaest no mercado financeiro.

Por mais que Haddad tente desqualificar o resultado, alegando que a pesquisa nem pode ser chamada de pesquisa, vamos combinar que 106 economistas, gestores e analistas de fundos de investimento de São Paulo e Rio são, sim, uma amostra significativa do mercado.

Assim como a queda de popularidade de Lula acendeu o sinal amarelo no Planalto e o governo se uniu em torno de uma "es-querdização", ou "dilmização", a perda de força interna e popular sacudiu Haddad e ele voltou a arregaçar as mangas para anunciar propostas e a soltar avoz em uma entrevista atrás da outra.

O vértice desses dois movimentos é Gleisi. Ela é tanto a cara da guinada do governo à esquerda quanto fator decisivo para Haddad se animar e se expor mais, ainda que se equilibrando entre manifestações ortodoxas e a defesa das medidas nem tanto do gabinete presidencial.

Gleisi chegou ao Planalto determinada a esquentar a articulação política, que passou a ser

O governo, enfim, conseguiu unidade e rumo claro: o rumo pró-popularidade não só com os líderes, mas diretamente com os presidentes da Câmara, Hugo Motta, e do Senado, Davi Alcolumbre, e com escolha cautelosa das palavras. Não é "construção", mas "consolidação" do trabalho feito. Não se fala em "maioria", mas em "base sólida" no Congresso.

Aprovar o Orçamento de 2025, após meses, é considerado troféu de estreia para ela, mas à custa de R\$ 60 bi em emendas. A Comissão Especial votou às 14h e, em menos de 4 horas, o plenário aprovou, antes do embarque de Lula para Japão e Vietnã, amanhã, com Alcolumbre e Motta a bordo. O novo desafio será o IR. Se der certo, quem vai levar os

louros, Haddad ou Gleisi?

O governo parece, enfim, unido e com rumo claro. Orçamento aprovado; enxertos de última hora pró-baixa renda (no auxílio gás e no Minha Casa, Minha Vida, por exemplo); isenção do IR até R\$ 5 mil, compensada com alíquotas maiores para os mais ricos. Um rumo, digamos, pró-popularidade.

E Lula mantém viagens, não espanca mais o BC e não fala mais de "**reforma ministerial**", que virou dança de cadeiras do PT para segurar votos da baixa renda e da classe média. Agora é convencer o "andar de cima" de que a **inflação** será contida, o arcabouço fiscal é para valer, os juros vão cair, o Brasil vai crescer e... Lula não é Dilma. Na Genial Quaest, só 7% acreditam nisso.*

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Orçamento está longe de equilibrar as contas do governo, diz especialista

DANIEL WETERMAN E MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA

O diretor executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Marcus Pestana, considera que o Orçamento aprovado ontem pelo Congresso Nacional ainda está distante de equilibrar as contas do governo, a ponto de estancar o crescimento do endividamento público - que atingiu 75,3% do **PIB** em janeiro e deve ultrapassar os 80% do **PIB** no fim do ano.

"O Orçamento é uma bússola e tem uma solidez de projeções, mas a realidade vai indicar o grau de irrealismo da peça orçamentária", diz Pestana.

O forte comprometimento do Orçamento com despesas obrigatórias - como salários, aposentadorias e transferências diretas de programas sociais, como o Bolsa Família - ainda é um problema a ser enfrentado, e o Orçamento continua dependendo do crescimento das receitas. No primeiro bimestre de 2025, o governo registrou crescimento real (acima da **inflação**) de 3% na arrecadação federal.

O resultado daqui para frente, no entanto, pode ser impactado pelo desempenho da economia, pela redução da massa salarial, pelo aumento da taxa de juros e pelo cenário internacional de incertezas decorrente das políticas do presidente americano, Donald Trump.

"Não vemos dificuldade de o governo cumprir a meta, mas isso se dá num quadro muito distante de um objetivo estratégico, que é gerar um superávit primário de 2,5% do **PIB** para estancar o crescimento da dívida, e com um patamar de investimentos absolutamente medíocre comparado a outros países com taxas mais promissoras", afirma Pestana.

Os investimentos somaram R\$ 89,4 bilhões no relatório orçamentário, valor considerado por ele reduzido quando comparado a um Orçamento da ordem de R\$ 2,3 trilhões.

RESTRIÇÃO MENOR. O governo conseguiu reverter, em negociação de última hora, uma restrição que havia sido imposta pelo relator, o senador Angelo Coronel (PSD-BA), a uma manobra do Executivo para remanejar, sem autorização do Legislativo, 30% de suas despesas.

O parlamentar havia restringido a autorização a 10% dos gastos da União, mas, após interrupção da votação ainda na Comissão de Mista de Orçamento, aceitou o percentual pleiteado pelo Palácio do Planalto.

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva também conseguiu a autorização para remanejar, sem autorização do Parlamento, 25% das despesas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - o equivalente a R\$ 15 bilhões.

Com isso, o Planalto poderá acomodar os gastos com o programa Pé-de-Meia - bolsa paga a estudantes do ensino médio para incentivar a permanência dos jovens e adolescentes nos estudos - no Orçamento, como determinou o Tribunal de Contas da União (TCU), em até 120 dias, sem recorrer à autorização do Congresso para cancelar outras despesas como compensação.

De acordo com o senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), líder do governo no Congresso, apesar do sinal verde ao remanejamento o governo enviará um projeto de lei para inserir no Orçamento o Pé-de-Meia.

"O Orçamento é uma bússola e tem uma solidez de projeções, mas a realidade vai indicar o grau de irrealismo da peça orçamentária"

Marcus Pestana Diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI)

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A paternidade dos juros altos (Editorial)

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) seguiu o roteiro ao aumentar os juros em 1 ponto percentual, para 14,25% ao ano, maior nível desde outubro de 2016, e entregou o que dele se esperava ao deixar claro que o ciclo de alta da Selic prossegue na próxima reunião, mesmo que em menor magnitude. Não havia como ser diferente num contexto de inflação elevada, sob pressão e acima da meta, mas nada disso impedia o governo de tentar constranger a atuação do Banco Central até então.

Com a posse de Gabriel Galípolo na presidência do BC, tudo mudou. Chamado pelo presidente Lula da Silva de "menino de ouro", Galípolo substituiu Roberto Campos Neto, que havia sido nomeado pela nêmesis de Lula, Jair Bolsonaro, e que por essa razão era sistematicamente atacado pelos petistas sempre que os juros subiam - Gleisi Hoffmann, na época presidente do PT, era a mais animada, acusando Campos Neto de "terrorismo econômico" e de não "entender nada" sobre as necessidades dos trabalhadores. Hoje ministra de Lula, Gleisi nada disse sobre a nova alta de juros. E o silêncio, neste caso, diz muito.

Ao deixar o BC praticamente amarrado nas reuniões de janeiro e março - orientação que, por sinal, contou com apoio unânime no Copom -, Campos Neto garantiu uma transição suave e sem críticas para Galípolo.

Mas é improvável que o atual presidente do BC conte com a mesma condescendência na próxima reunião, nos dias 6 e 7 de maio. Sobre ela, só se sabe que os juros não subirão 1 ponto percentual, o que significa que poderão aumentar até 0,75 ponto percentual. Depois disso, tudo dependerá do "firme compromisso de convergência da inflação à meta", como diz o Copom.

Atingir esse objetivo ainda parece distante. Para os 12 meses encerrados em setembro de 2026, que corresponde ao horizonte relevante que guia suas ações, o Copom reduziu a projeção de inflação de 4% para 3,9%, mas ela segue acima da meta. O câmbio pode ter contribuído com esse pequeno alívio, já que o comitê levou em conta uma cotação de R\$ 5,80 em março, ante R\$ 6,00 em janeiro. Os investidores projetam que a Selic pode chegar a 15% ao ano, e o comunicado do BC sugere que o fim desse ciclo, iniciado em setembro do ano passado, está próximo. O Copom vê sinais de uma "incipiente moderação" no crescimento, mas reconhece que a inflação e seus

núcleos estão acima da meta e que o mercado de trabalho continua forte.

Na falta de um discurso melhor, o governo optou por culpar Campos Neto - que servirá como bode expiatório até o início de maio. Repetindo o que Lula havia dito em janeiro, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que Galípolo não poderia dar um "cavalo de pau" ao assumir o comando do BC, pois teria uma "herança" a administrar. Só faltou dizer que era uma herança maldita.

Se o governo colaborasse e fizesse sua parte, talvez os juros já estivessem em níveis mais civilizados. Mas há muitas outras medidas no forno do Executivo que visam a manter a demanda aquecida até a eleição no ano que vem e que devem contribuir para que os juros sejam mantidos em níveis bastante elevados. A ver quem o governo responsabilizará nos próximos meses.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

País não precisa de uma recessão, afirma Haddad

FERNANDA TRISOTTO/BRASÍLIA

Um dia depois de o Banco Central anunciar novo aumento para a Selic (que foi a 14,25%), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que não é preciso provocar uma recessão no País para debelar a **inflação**. Segundo ele, o controle de preços é uma tarefa tanto do BC quanto do governo, que vão agir para chegar ao alvo.

"Eu não acredito que você precisa de uma recessão para baixar a **inflação** no Brasil", disse Haddad, em participação no programa Bom Dia, Ministro, da EBC. "Eu acho que você consegue administrar a economia de maneira a crescer de forma sustentável, sem que a **inflação** saia do controle." Ele ainda defendeu o atual presidente do BC, Gabriel Galípolo, indicado por Lula. "Você não pode, na presidência do Banco Central, dar um cavalo de pau depois que você assumiu."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Empréstimo consignado a celetistas começa nesta sexta-feira sem regulamentação do FGTS como garantia

Por **Alexandro Martello, g1 - Brasília**

O governo libera nesta sexta-feira (21) a plataforma para os trabalhadores do setor privados, celetistas, buscarem empréstimo consignado (com desconto em folha de pagamento) utilizando parte dos recursos do **FGTS** como garantia.

??Nesta modalidade, as parcelas são quitadas com desconto no contracheque, ou seja, no salário do funcionário que pega um empréstimo em uma instituição financeira.

??Com o novo programa, todos os trabalhadores com carteira assinada poderão contratar essa modalidade de empréstimo, podendo usar até 10% do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**) como garantia e, também, 100% da multa rescisória na demissão sem justa causa (que equivale a 40% do valor do saldo).

Aplicativo da Carteira de Trabalho Digital

??Segundo o Ministério do Trabalho, a busca pelo crédito poderá ser feita por meio do aplicativo da Carteira de Trabalho Digital (CTPS Digital).

Entretanto, embora esteja na Medida Provisória publicada na semana passada sobre o assunto, o uso do **FGTS** como garantia, que permitirá a redução da taxa de juros nestas operações, ainda não está formalmente regulamentado.

Essa possibilidade, prometida pelo governo, ainda tem de passar pela análise do Conselho Curador do **FGTS** - algo que está previsto para acontecer somente em 15 de junho. Mas esse prazo pode ser reduzido.

A garantia dos 10% e dos 100% da multa está previsto em MP [Medida Provisória]. O que tem de regulamentar é a forma do pagamento. Pode dar um problema [com os bancos], mas eu acho que é muito difícil de acontecer. Se for acontecer, é muito residual. Isso pode estar no contrato, mas não vai ter a regulamentação até 15 de junho. Estamos tentando antecipar essa data [da reunião do conselho do **FGTS**, que precisa aprovar a medida] , disse o secretário-

executivo do Ministério do Trabalho, Francisco Macena, ao g1.

O secretário-executivo do Ministério do Trabalho lembra que a garantia só será acionada no caso de demissão dos trabalhadores sem justa causa, e que o período de tempo que os contratos fechados ficarão sem garantia formal é pequeno, de pouco menos de dois meses.

Estamos falando de alguém que vai contrair empréstimos dia 21, e tem de ser demitido até 15 de junho. Pode ser demitido antes, pode. O risco que vai ficar para frente vai ser de um mês ou menos que isso. Eu acredito que não tenha [risco]. Isso foi muito discutido com os bancos, e a análise de todos é que o risco é muito pequeno. Regulação [que falta] é a forma operacional. Não é a autorização para usar, é a forma como vai ser feito isso , acrescentou Macena, do Ministério do Trabalho.

Posição dos bancos

Procurada pelo g1, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) informou que o novo crédito consignado nasce como uma boa alternativa ao trabalhador da iniciativa privada, concebido com o objetivo de ser um processo de contratação mais fluido e que leva em conta muitos dos pontos que impediam o crescimento da modalidade.

Por se tratar de uma modalidade que tem muitas novidades em relação a processos operacionais, além de um número grande de empresas e trabalhadores que precisam entender melhor como funciona o produto, prevemos que os primeiros dias de operação serão mais modestos, em função de adequação de processos e sistemas, mas confiamos que tudo está sendo feito para endereçar o pleno funcionamento da plataforma , avaliou o Febraban.

A entidade acrescentou que a garantia do saldo do **FGTS**, bem como os recursos da multa rescisória que podem ser oferecidos pelo trabalhador, podem auxiliar no estímulo à concessão do crédito por parte das instituições financeiras, mas que é difícil saber em qual montante .

À medida em que os processos forem sendo modernizados e exista maior conhecimento dos trabalhadores em geral em relação à modalidade, o produto deve atingir os níveis normais de desempenho, concluiu a Febraban.

Quem a medida beneficia?

Segundo o Ministério do Trabalho, o crédito consignado com garantia do **FGTS** beneficiará trabalhadores formais da iniciativa privada, o que inclui empregados rurais, domésticos e empregados de MEI (microempreendedor individual).

Os trabalhadores poderão utilizar a Carteira de Trabalho Digital para buscar empréstimos em mais de 80 instituições financeiras que operam junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Segundo o governo, o país tem atualmente 47 milhões de trabalhadores formais, o que inclui 2,2 milhões de trabalhadores domésticos, 4 milhões de trabalhadores rurais e empregados do MEI, até então excluídos dos empréstimos consignados.

De quanto será a redução nos juros?

Com as garantias do **FGTS** atreladas ao consignado, o governo prevê que a taxa de juros caia cerca de 40%, quase pela metade, na linha de crédito consignado.

Em dezembro do ano passado, a taxa média de juros cobrada no consignado do setor privado foi de 2,89% ao mês, enquanto que a taxa média dos **servidores públicos** ficou em 1,8% ao mês, e, dos aposentados do **INSS**, em 1,66% ao mês.

Na comparação com linhas de crédito mais caras, como crédito direto ao consumidor, cheque especial ou cartão de crédito rotativo (a mais cara do mercado), a redução será mais expressiva ainda.

Como aderir?

Os trabalhadores poderão acessar a plataforma para analisar as ofertas de empréstimos, comparando, por exemplo, as taxas de juros.

O sistema entrará em operação pelos bancos a partir desta sexta-feira. Quem já tem um consignado ativo poderá migrar para a nova linha a partir de 25 de abril.

A portabilidade entre os bancos poderá ser realizada a partir de 6 de junho.

Quem fez uso do **Saque-Aniversário** do **FGTS** vai poder contratar?

Segundo o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, sim. O trabalhador que utilizou o **Saque-Aniversário** poderá contratar o empréstimo consignado privado.

O **Saque-Aniversário** não está na mesa, é outro departamento completamente diferente. Aqui é o crédito folha de pagamento. O mesmo cidadão que antecipou o **Saque-Aniversário**, poderá constituir empréstimo? Sim, poderá, diz o ministro.

E se o trabalhador mudar de emprego?

Segundo o governo, caso o trabalhador mude de emprego, o desconto em folha para quitar as parcelas do empréstimo terá de ser feito pelo novo empregador.

Como deve funcionar o novo consignado?

Os bancos terão acesso às informações dos trabalhadores do eSocial para facilitar a concessão de crédito consignado, uma vez que poderão avaliar melhor o risco das operações.

?? CTPS Digital: por meio do aplicativo da Carteira de Trabalho Digital, o trabalhador solicita a proposta de crédito às instituições financeiras habilitadas pelo governo. O trabalhador autoriza o acesso a dados como nome, CPF, margem do salário disponível para consignação e tempo de empresa.

?? Propostas: após solicitar o crédito, o trabalhador recebe ofertas dos bancos em até 24h. O trabalhador poderá comparar ofertas e escolher a opção mais vantajosa.

?? Datas: o sistema via CTPS Digital entra em operação a partir de 21 de março. A partir de 25 de abril, o trabalhador poderá também iniciar contratações pelos canais eletrônicos dos bancos.

?? Migração e portabilidade: quem já tem um consignado ativo pode fazer a migração para a nova linha a partir de 25 de abril. A portabilidade entre os bancos poderá ser realizada a partir de 6 de junho.

?? Comprometimento de até 35% do salário bruto: O limite inclui benefícios, abonos e comissões.

?? **FGTS** como garantia: O trabalhador poderá contratar essa modalidade de empréstimo, podendo usar até 10% do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**) como garantia e, também, 100% da multa rescisória na demissão sem justa causa (de 40% do valor do saldo).

?? Caso de demissão: O trabalhador poderá usar o 10% do saldo do **FGTS** e a multa por rescisão para

quitar a dívida com o banco. Caso o valor não seja suficiente, há uma interrupção no pagamento, que será retomada quando o trabalhador conseguir outro emprego CLT, o que acarretará em correções. Também será possível procurar o banco para acertar uma nova forma de pagamento.

?? Desconto automático: O empregador será responsável por descontar a parcela do salário e repassá-la à Caixa Econômica Federal, que fará o pagamento aos bancos credores.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/03/21/emprestimio-consignado-a-celetistas-comeca-nesta-sexta-feira-sem-regulamentacao-do-fgts-como-garantia.ghtml>